



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

A DEMOCRACIA PRECISA SER ALGO CONSTRUÍDO POR NÓS:

reflexões a partir de pesquisa com e sobre sujeitos coletivos

CAROLINE RODRIGUES DA SILVA ¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar reflexões teórica e empíricas sobre as formas com que os sujeitos coletivos das lutas urbanas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) percebem e reagem à crise da democracia liberal. Tais reflexões se situam no campo dos estudos sobre movimentos sociais que problematizam a relação sujeito-objeto e consideram os sujeitos coletivos como detentores de saberes políticos relevantes para o enfrentamento desta crise. O artigo conclui que os sujeitos coletivos do Rio de Janeiro são instituídos e instituintes dos processos democráticos, sejam eles de ascensão ou de crise democrática.

Palavras chave: sujeitos coletivos, democracia liberal, direitos sociais.

RESUMEN

Este artículo presenta reflexiones teóricas y empíricas

¹ Profissional de Serviço Social. Programa De Pós-graduação Em Serviço Social Da Pontifícia Universidade Católica De São Paulo

sobre las formas en que los sujetos colectivos de las luchas urbanas en la Región Metropolitana de Río de Janeiro (RMRJ) perciben y reaccionan ante la crisis de la democracia liberal. El estudio se inscribe en el campo de los estudios sobre los movimientos sociales que problematizan la relación sujeto-objeto y consideran a los sujetos colectivos como poseedores de un conocimiento político relevante para el enfrentamiento de esta crisis. El artículo concluye que los sujetos colectivos de Río de Janeiro están instituyendo e instituyendo procesos democráticos, ya sean de ascenso democrático o de crisis.

Palabras claves: sujetos colectivos, democracia liberal, derechos sociales.

1. INTRODUÇÃO: PESQUISANDO COM E SOBRE SUJEITOS COLETIVOS

Este artigo tem por objetivo apresentar reflexões teórica e empíricas sobre as formas com que os sujeitos coletivos das lutas urbanas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) percebem e reagem à crise da democracia liberal. Tais reflexões se situam no campo dos estudos sobre movimentos sociais que problematizam a relação sujeito-objeto e consideram os sujeitos coletivos como detentores de saberes políticos relevantes para o enfrentamento desta crise.

O artigo é resultado da tese “*Sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro: o paradigma dos comuns como alternativa à democracia liberal e ao domínio da racionalidade neoliberal*” realizada pela autora no período de 2018-2021, no âmbito do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Em termos metodológicos, a autora adotou a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Também realizou pesquisa qualitativa² com quatro sujeitos coletivos da RMRJ, a saber: Instituto de Formação Humana e Educação Popular; Brigadas Populares; Fórum Grita Baixada; e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto de Niterói e Região. A escolha desses sujeitos deu-se com base em levantamento participativo prévio, sistematizado no livro *A luta urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direito nas cidades* (FASE, 2018). Os critérios para escolha da quantidade e do perfil dos sujeitos foram: condições de realização de pesquisa na pandemia de Covid-19, disponibilidade de tempos da pesquisadora e dos sujeitos, garantia de diversidade entre os sujeitos, garantia de diversidade territorial e aproximação da pesquisadora com os sujeitos.

O artigo está organizado em três partes: na primeira apresentamos análise teórica sobre os principais traços da democracia liberal à brasileira, na segunda apresentamos análise teórica e empírica sobre a percepção dos sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro em relação a democracia liberal e, na terceira,

2 O projeto de pesquisa e os instrumentos de coleta de dados foram submetidos à Plataforma Brasil e aprovados pelo Comitê de Ética de Pesquisa da PUC-SP.

finalizamos com conclusões da pesquisa.

2. TRAÇOS DA DEMOCRACIA LIBERAL À BRASILEIRA

Se é verdade que o sistema político-democrático liberal formal esgotou-se e a crise de legitimidade se amplifica a cada dia (CASTELLS, 2018), que “o povo está cada vez mais iliberal” e “as elites cada vez mais insensíveis” (MOUK, 2019), “que o ódio à democracia se exacerba todas as vezes que ela ameaça a ordem estabelecida” (RANCIÈRE, 2014), ou que “a cultura do ódio não é o produto de camadas sociais desprivilegiadas, mas do funcionamento de nossas instituições” (RANCIÈRE, 2021), ou ainda que “a ideologia político-econômica e a racionalidade política do neoliberalismo tenham transformado a democracia numa casca vazia de sentido comum” (BORÓN, 2007), como sobreviverão os sujeitos de direitos num país com a formação social histórica do Brasil?

Sendo um país onde as transformações políticas e a modernização econômico-social sempre foram implementadas pela conciliação entre as frações da classe dominante e pela marginalização das massas populares, a democracia no Brasil sempre teve dificuldade de ser compreendida como um valor universal³ para emancipação humana.

Em plena ditadura militar, o filósofo Carlos Nelson Coutinho buscou alertar o campo de forças progressistas para a importância de defenderem a democracia como valor universal, ou seja, para ele, além de ter um valor em si mesma devido às suas regras mínimas – eleições de tempos em tempos, renovação de mandatos, responsabilidade desses mandatos na elaboração das leis, proibição de que funcionários do Estado representem a sociedade nos espaços de participação, controle dos gastos com campanhas eleitorais, fiscalização dos mandatos parlamentares etc. –, a democracia seria um instrumento para romper com a

³ As objetivações da democracia tornam-se *valor* na medida em que contribuíram, e continuam a contribuir, para explicitar as componentes essenciais contidas no ser genérico do homem social. E tornam-se *valor universal* na medida em que são capazes de promover essa explicitação em formações econômico-sociais diferentes, ou seja, tanto no capitalismo quanto no socialismo (COUTINHO, 1979, p. 24).

tendência elitista da política brasileira e eliminar suas consequências nas várias esferas sociais.

A questão da democracia, inclusive em seus limites puramente formal-liberais, é assim a questão decisiva da vida brasileira de hoje. Mas o valor da democracia adquire para nós outra dimensão quando elevamos à consciência o fato de que o regime de exceção vigente é “apenas” a expressão atual – uma expressão extrema e radicalizada – de uma tendência dominante na história brasileira. Refiro-me ao caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica, cultural do Brasil, mesmo em seus breves períodos democráticos (COUTINHO, 1979, p. 41).

Portanto, no Brasil “os momentos de democratização sempre foram conjunturais e determinados fundamentalmente por necessidades da política burguesa, à qual, geralmente, sempre esteve atrelada a classe média urbana, favorável à “moralização” dos hábitos políticos” (CHAUI, 2011, p. 221).

Em nosso caso, a questão democrática nunca esteve voltada para o problema do alargamento das franquias democráticas (negros alforriados e migrantes não tinham direito a voz e voto), mas, em geral, democratizar sempre significou, de um lado, impedir por vias legais a emergência de forças populares democráticas e, de outro lado, eliminar fraudes eleitorais e entre partidos burgueses. Com isso, os momentos de democratização tenderam a ser de dois tipos: os populares ou não institucionalizados (como os movimentos anarquistas e anarcossindicalistas), dizimados na fonte, e os da classe dominante com “revoluções feitas sem sangue” (CHAUI, 2011, p. 221).

Soma-se a esse quadro o fato de que no Brasil jamais consolidou-se o modelo cronológico e etapista de cidadania criado após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Esse modelo foi proposto pelo sociólogo inglês Thomas Humphrey Marshall (1967), para quem primeiro os trabalhadores deveriam buscar alcançar os direitos civis, depois os direitos políticos e, por fim, os direitos sociais.

Para o autor, os direitos estão inter-relacionados e desenvolvem-se de acordo com a formação das instituições capitalistas e do próprio Estado, isto é, como se a conquista de direitos se desse naturalmente e de forma evolutiva.⁴ Como veremos a

⁴ Embora seja uma importante referência para o debate sobre a cidadania, Marshall (1967) cometeu alguns equívocos na sua obra que foram identificados por Barbalet (1989): i) supervaloriza o desenvolvimento capitalista e subestima a participação das lutas populares no processo de conquista da cidadania, ou seja desconsidera a luta de classes como agente necessário e inseparável da conquista de direitos; ii) não compreende a relação contraditória entre classe trabalhadora, classe burguesa e Estado e tem uma concepção subjetiva de classe social, a qual define pelo posicionamento que o indivíduo possui na esfera produtiva ou no mercado; iii) desconsidera que a história política, econômica e social da Inglaterra não pode servir de modelo para os demais países; iv) de acordo com seu esquema, a cidadania social levaria à diminuição da desigualdade social, não compreendendo que os próprios elementos que a compõem já colocam limites ao desenvolvimento do capital.

seguir, a história da cidadania no Brasil nos mostra que direitos não se criam naturalmente, tampouco seguem uma ordem evolutiva.

Aqui primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular (Getúlio Vargas). Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior extensão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peças decorativas do regime (1964-1985). Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo (CARVALHO, 2015, p. 220).

Essa “inversão da pirâmide dos direitos” que caracteriza a história da cidadania no Brasil trouxe algumas consequências para a experiência da nossa construção democrática: uma supervalorização do Poder Executivo e uma desvalorização do Poder Legislativo. A isso o autor chama de “estadania”, que se opõe à cidadania.

Esses traços marcam a nossa forma de fazer política e a própria cultura democrática. Por isso, a história da cidadania no Brasil mostra que os eleitores nunca desejaram instituições independentes, muito pelo contrário, “o cidadão não busca os vereadores, deputados e senadores para que estes fiscalizem o Executivo, buscam para que eles pressionem o Executivo em troca de benesses e privilégios” (CARVALHO, 2015, p. 221), assim como as elites sempre estiveram no controle do sistema político, negociando com o governo, negando o direito das minorias e garantindo seus privilégios. No mesmo sentido, Chauí (2000) afirma que no Brasil as leis nunca foram aplicadas de forma justa já que “para os ricos garante privilégios, enquanto para os pobres repressão” (CHAUI, 2000).

A socióloga Vera Telles, em seu clássico texto da década de 1990, *Direitos sociais: afinal do que se trata?* aponta a necessidade de não perdermos de vista a dimensão utópica que há na luta por direitos sociais nos marcos da sociedade capitalista. Analisando o início do período neoliberal no país, diz que a reestruturação produtiva e flexibilização das leis trabalhistas aprofundaram a histórica disjunção entre a promessa de igualdade e de justiça social acenada pelas leis e a realidade social marcada pela desigualdade.

Esse distanciamento tornou-se tão grande que a luta por direitos sociais

passou a ser orientada por uma gramática da perda e da impotência, isto é, uma gramática que parte dos limites do tempo presente e das fragilidades que ele impõe ao trabalhador.

Em outros termos, ao se fixar nas evidências de perda e impotência dos direitos sociais, há o risco de demissão do pensamento, para não dizer da ação, por conta de uma espécie de aprisionamento. Aprisionamento no próprio presente, sem abertura para um campo de possíveis. E se assim for, uma discussão sobre os direitos sociais não poderia mesmo ir além da justa indignação contra a miséria do mundo ou então a repetição do discurso sociológico que explica a ordem de suas causalidades e determinações (TELLES, 1998, p. 37).

Contrária a essa forma de tratar os direitos sociais, a autora nos desafia a pensar nas questões que eles suscitam no tempo presente e a problematizá-los a partir do seu sentido político, isto é, da sua capacidade de incidir sobre as regras da vida em sociedade, de promover disputas no interior desta, alterando o que parece fixo, criando outras perspectivas de sociabilidade, criando dissenso, abrindo conflitos. Dessa forma, o parâmetro da luta por direitos sociais não deve ser, necessariamente, a busca pelo que já perdemos ou pelo que não conseguiremos mais reverter dado o estágio de desenvolvimento do capital. Importa antes a sua existência na cena pública, saturando as contradições presentes no cotidiano. A saturação das contradições é necessária para a superação deste sistema capitalista.

2.1 A percepção dos sujeitos sobre a democracia

As mudanças no tecido associativo não são uma novidade na história da sociedade civil brasileira. Em um clássico estudo dos anos 1980, o sociólogo Eder Sader (1988) já mostrou que “novos personagens entraram em cena” no período de transição da ditadura civil-militar para a democracia. Naquele momento, esses personagens eram os segmentos progressistas da igreja católica que assumiram um papel crítico à ditadura militar, o novo sindicalismo que se fortaleceu após o ciclo de greves do final dos anos 1970 e os segmentos da esquerda socialista que

reorientava suas estratégias de combate.

Ao observarmos as práticas destes movimentos nós nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano de trabalho e moradia, eles inventaram novas formas de fazer política. Mas a história dos movimentos sociais não é apenas a sua história interna. Os trabalhadores são resultado não somente das suas próprias ações, mas também da sua interação com outros agentes. A “política reinventada” dos movimentos teve que se enfrentar com a “velha política” ainda dominante no sistema estatal (SADER, 1988, p. 20-1).

A novidade desses “novos personagens” estava menos em quem eles eram e mais no sentido que davam às lutas do cotidiano, estava na experiência adquirida por eles na luta por “direitos a ter direitos” (TELLES, 1998). O fato de as classes populares participarem como sujeitos da história e não como objetos era a grande novidade, elas criavam espaços públicos para além do sistema de representação democrática formal que, naquele momento, ainda não existia. Ao valorizar o sentido que os sujeitos políticos davam às lutas, Sader (1988) contribuiu sobremaneira para a renovação teórica da esquerda latino-americana e para a aproximação entre a cultura e a política, até então desprestigiada no debate da esquerda.

O processo de renovação político-teórica da esquerda não só contribuiu decisivamente para romper com a camisa de força que o marxismo tradicional havia imposto para a análise da cultura e de seu papel na transformação social, como também trouxe mudanças conceituais significativas no campo específico da análise cultural. Um impulso fundamental para esse processo veio dos próprios movimentos sociais e de suas lutas concretas (DAGNINO, 2000, p. 62).

A partir das entrevistas realizadas para pesquisa foi possível perceber que o processo de “alargamento do espaço da política” (SADER, 1988) e o processo de “renovação político-teórica” (DAGNINO, 2000) não se deram sem conflitos. Apesar dos “novos sujeitos que entraram em cena” (SADER, 1988) terem representado uma renovação do tecido associativo que muito contribuiu para o processo de democratização do país, eles foram atravessados por conflitos internos, os quais colocavam em xeque tanto a forma de fazer política de cada sujeito como o que era considerado do âmbito da política.

A trajetória política de uma mulher da Baixada Fluminense que viveu esses anos demonstra tais conflitos. Embora a Sujeita H tenha se aproximado da política pela relação de sua família com as Comunidades Eclesiais de Base, passa a

interagir com outros espaços políticos, como a Associação de Bairros, os Movimentos de Cultura e Educação, o Movimento Negro Unificado e a Comissão Pastoral da Terra. Na época ela era jovem, tinha 17 anos.

Eu acabo participando da Comissão Pastoral da Terra porque na ocupação de Campo Alegre, do assentamento de Campo Alegre, que vai acontecer em 9 de janeiro de 1984, houve toda uma mobilização dos movimentos sociais de ir para essa ocupação se solidarizar com as pessoas que tinham ocupado este território. Então eu vou [...]. A Comissão Pastoral da Terra acaba se tornando uma referência enquanto parceira da luta pela terra naquele território e nisso a gente começa a dialogar porque eu estou naquele território com as pessoas. Eu começo a dialogar com a Comissão Pastoral da Terra, mas eu só vou entrar em 1987 (Sujeita H, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 11/9/2020).

Essa sua interação política faz com que ela amplie seu olhar sobre as necessidades sociais do território e passe a criticar a própria atuação da igreja católica. Analisando sua trajetória de militância, é possível perceber quão difícil foi, e segue sendo, o processo de construção de espaços políticos plurais, nos quais a diferença possa se expressar sem causar rompimentos e a ação política possa ser construída em bases não hierárquicas.

No caso específico, a igreja católica teve dificuldade de aceitar a realidade social mais ampla que a Sujeita H e muitos outros militantes representavam. O resultado foi a sua expulsão da paróquia da cidade de Queimados.

Na época eu estava em uma relação de igreja muito conservadora aqui em Queimados, é a igreja da qual eu participei e estou até hoje, era muito conservadora, tinha uma estrutura muito ruim, muito pesada. E aí esse diálogo da igreja com o movimento social não tinha, não tinha. E essa minha situação de estar dentro do movimento social e dentro da igreja me leva a repensar a estrutura da igreja, a propor mecanismos que democratizassem um pouco mais a participação das pessoas, que criassem núcleos de discussão, de participação, que fizessem atividades que unisse os desafios do município, que antes não era município. Por exemplo, Campanha da Fraternidade, uma coisa que era só feita pela Casa Paroquial, a gente ampliou isso para toda a cidade de Queimados, trazendo as quatro paróquias que estão aqui nesse território. Então, essa discussão política entrelaçada com essa dimensão de espiritualidade, de fé engajada, acaba me ajudando a contribuir efetivamente com o processo de repensar a prática da igreja. O que leva a um conflito acirrado internamente e eu sou expulsa da igreja na década de 80 pelo padre que era pároco aqui na época (Sujeita H, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 11/9/2020).

Merece destaque o fato de que a Sujeita H não foi a única a ser expulsa da paróquia. Junto com ela outros jovens militantes tiveram que conviver com “um vazio que fica quando algo lhe é retirado de forma tão truculenta como foi” (Sujeita H,

Fórum Grita Baixada, entrevistada em 11/9/2020).

Ela relata ainda que parte deles foram participar da construção política do Partido dos Trabalhadores (PT),⁵ que, desde o fim dos anos 1970, vinha se constituindo como um sujeito coletivo na Baixada Fluminense. Se por um lado a igreja católica expulsava militantes por não ser capaz de mudar suas estruturas e adequar-se às demandas colocadas pelos movimentos sociais, por outro ela teve uma importante inserção política nos territórios empobrecidos da Baixada Fluminense.

Contrariando a visão da igreja católica como um sujeito coletivo homogêneo, nos parece importante lembrar a atuação de Dom Adriano Hypólito na Diocese de Nova Iguaçu entre 1966 e 1994. Em plena ditadura civil-militar, ele foi uma figura importante das lutas por direitos sociais na Baixada Fluminense. Um dos poucos bispos a se posicionar publicamente contra o regime e a se colocar como defensor dos Direitos Humanos, foi duramente perseguido, sofreu diversas ameaças de morte, teve o carro explodido e foi sequestrado em 1976.

No ano seguinte, homens armados invadiram o Centro de Formação de Líderes da igreja para impedir a realização do Congresso sobre Direitos Humanos e, posteriormente, uma bomba foi explodida no altar da Catedral de Nova Iguaçu. Colocado na lista dos “bispos vermelhos” pelos defensores do regime militar, Dom Adriano Hipólito tornou-se uma referência para gerações de militantes da Baixada Fluminense. Uma vez terminada a ditadura, o bispo seguiu defendendo os pobres e denunciando os crimes cometidos pelos esquadrões da morte.

Na minha trajetória de vida, por ser muito marcada pela igreja católica e pela gestão de Dom Adriano Hipólito, que era um Frei Franciscano, a dimensão de que “quem quer ser o melhor, que seja aquele que sirva” sempre esteve muito presente (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

Embora tenha atuado no processo de democratização e tenha sido um dos defensores das eleições diretas de 1989, Dom Adriano Hypólito chama atenção para a incompatibilidade entre o sistema democrático e os altos índices de desigualdade

5 Para mais informações sobre a formação do PT na Baixada Fluminense, consultar o estudo de Pinheiro Jr. (2007), que trata da trajetória histórica do partido a partir dos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu e demonstra que nas décadas de 1970 e 1980 essa experiência representou uma fase superior na experiência de uma classe social, nos termos de E. P. Thompson, que não é a mesma experiência do partido vivida em São Paulo, tampouco pode ser reduzida à interpretação feita pelo novo sindicalismo, de classe média ou da igreja católica.

social que caracterizavam a Baixada Fluminense. No início dos anos 1990, em que aparentemente a democracia punha fim à ditadura, o bispo já reconhecia quão longe a população estava de conquistar a liberdade política, a igualdade de direitos e, portanto, a democracia tinha pouco significado social.

Em entrevista ao Jornal O Globo, em 1994, o bispo diz o seguinte:

A Baixada carece dos mais elementares Direitos Humanos, como saúde, educação, trabalho e salário decente. Ao ler nos jornais que o governo não pode aumentar o salário-mínimo para R\$ 80 tenho vontade de convidar esses senhores a viver um mês com essa quantia. Por isso que, para boa parte do povo, tanto faz vivermos numa ditadura ou nessa democracia. Os problemas continuam os mesmos. *Pra mim, estamos apenas numa democracia formal, quase uma aristocracia, de cujos benefícios apenas a elite usufrui (HYPÓLITO apud ELEUTÉRIO, 1994).*

Mais de 30 anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a percepção dos sujeitos políticos sobre a democracia vivida na Baixada Fluminense pouco se diferencia da de Dom Adriano Hypólito. Permanece a descrença de que esse sistema seja capaz de garantir liberdade e igualdade, além do fato de que a gramática da perda de direitos segue aprisionando os sujeitos coletivos (TELLES, 1998) e, de certo modo, limitando sua capacidade de criar outras formas de sociabilidade.

Quando a gente fala de não ter democracia, ou que as comunidades, as favelas, não conhecem democracia, é porque minimamente... você se considera um sujeito de direitos, que tem suas obrigações, mas que também tem os seus direitos e que existem acordos, consensos coletivos mínimos, que fazem você se sentir pertencente a uma sociedade. Fazem se sentir pertencente a uma coletividade. Então você tem o direito de ir e vir, você tem o direito de não ter sua casa violada, você tem o direito de votar livremente em determinadas pessoas e a gente vê na realidade das favelas que não é isso que acontece. As pessoas não têm o direito de ir e vir, as pessoas são constrangidas a votar em determinadas pessoas, então essa imagem de curral eleitoral sempre foi uma imagem muito forte aqui na Baixada Fluminense e em outras periferias... Obviamente que votar... votar é muito pouco, ter o direito a ir numa cabine e votar em alguém, e às vezes ser constrangido inclusive a votar em alguém? Ou a vender o seu voto, *né?* Ter que ganhar 50, 70, 80 reais para você comprar uma cesta, comprar qualquer coisa, pintar sua casa, acho que isso não é sinal de democracia. A gente entende que democracia não é um conceito prático, é um conceito teórico (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

Acho que desde 2013, passando pelo golpe e também pelas eleições de 2018, pelo movimento do "Ele Não", a gente vem num momento que a gente tá tentando voltar, tentando estabilizar a democracia de novo, a voltar ao que a gente reconhecia como democracia [...]. Eu acho que a gente acaba tentando enfrentar essas crises tentando restabelecer algo que a gente já tinha e talvez a gente esteja fazendo isso

de uma maneira errada, porque como movimento eu fico pensando se o que a gente tinha era de fato uma democracia, porque na Baixada, por exemplo, esses direitos que a gente diz que tá perdendo a população daqui de fato nunca teve acesso (Sujeita I, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 3/10/2020).

No entanto, não é apenas na Baixada Fluminense que a democracia parece ter pouco significado social. A persistência da desigualdade urbana, a vivência da segregação socioespacial característica da forma de produção do espaço na RMRJ, a ausência de políticas públicas e a presença cada vez maior da violência no cotidiano urbano fazem com que os sujeitos políticos da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro também não enxerguem a democracia como uma saída para os problemas do cotidiano, logo acabam reduzindo a democracia ao seu sentido liberal de sistema de governo político.

Por concepção, por ideia de democracia, ela deveria ser esse tipo de governo que promove a liberdade e tudo mais, só que na minha relação como pessoa, eu não enxergo a atual conjuntura como uma democracia, ou eu tendo direito à participação ou sendo enxergado como cidadão. Quando a gente tem um Estado construído em cima de um governo completamente racista e genocida, que nega sobretudo a participação dele enquanto um Estado racista e genocida, não tem como eu me sentir pertencente a esse espaço. Também quando a gente pensa numa democracia que nasce após uma quebra de uma ditadura, que mesmo assim continua saudando os tais heróis da ditadura, a gente percebe que essa democracia, na verdade ela não é pensada para esse povo, ela continua produzindo de uma forma mais sutil esses discursos que constroem esse Estado, ela continua produzindo ataques a certos tipos de população, a certos tipos de espaços, que é onde estou inserido. Então nesse atual governo, nessa concepção de como está o Estado, eu não enxergo a democracia como uma solução nesse momento (Sujeito C, IFHEP, entrevistado em 24/7/2020).

Ao relacionar as marcas históricas do processo de democratização com o atual cenário político brasileiro, o Sujeito C nos mostra que, a seu modo, percebe o caráter burguês da democracia brasileira (CHAUI, 2011), uma democracia que “não é pensada para esse povo”, ao contrário, uma democracia em que a burguesia nacional sempre se utilizou do Estado para valorizar seus capitais, seja por meio da transgressão das leis, seja pela instrumentalização dos movimentos sociais. Assim, dialoga com o fato de que, neste país, as forças populares nunca foram encaradas como “formas capazes de instaurar práticas que pudessem enraizar-se nas instituições democráticas, reduzindo, com isso, a democracia à dimensão instrumental de uma prática política ocasional” (CHAUI, 2011, p. 217).

No entanto, os mesmos sujeitos políticos que denunciam a falácia da igualdade e da liberdade vivida no cotidiano urbano – preconizada pela ideia de democracia originária, os quais percebem os limites da democracia liberal representativa para lidar com as desigualdades constitutivas do sistema capitalista e que sofrem com o desencantamento e a frustração social típicos do neoliberalismo (BORÓN, 2007) – também são aqueles que mostram que a democracia é um processo em movimento e que esse movimento depende da ação coletiva dos sujeitos em relação ao Estado, às instituições e consigo mesmos. Assim, na concepção do IFHEP e das Brigadas Populares, a crise da democracia liberal não está dada, está em disputa.

A democracia precisa ser algo construído por nós, então a gente não tem como acreditar que só a partir das leis e do processo da Constituição Federal ela será efetiva. Ela está em movimento e, na minha concepção enquanto um jovem do IFHEP, é um espaço de disputa. Inclusive de 2013 *pra* cá muitos jovens se formaram em cima desse processo. Em 2013 eu tinha 17 anos e a forma que eu enxergava o mundo era completamente diferente da forma como eu enxergo hoje em 2020, mas todo esse processo de 2013 até aqui me trouxe uma percepção de formação política, de entender esses eventos como coisas que não são marcadas por indivíduos ou por uma dada representação política, mas *ao* meu ver hoje são fruto da ideologia do capital (Sujeito A, IFHEP, entrevistado em 10/7/2020).

Eu acho que a gente trabalha com as contradições do Estado capitalista, então a gente busca diálogo com o Estado para fortalecer a organização popular, porque só com essa organização popular fortalecida a gente pode ocupar o Estado de uma forma democrática... porque eu acho que o Estado serve aos capitalistas, e sendo dominado por essa classe não existe democracia. Porque a democracia pode nos trazer alguns avanços, mas uma democracia plena não existe, porque a gente não tá lá, o povo não tá lá, não tá participando das decisões mais importantes. Eu entendo que as Brigadas tentam trabalhar com essa contradição *pra* gente fortalecer a nossa luta popular (Sujeito D, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

Portanto, percebemos que apesar da descrença política e do pouco significado social dado à democracia liberal, os sujeitos coletivos se reconhecem como parte da crise democrática e como agentes políticos capazes de incidir nela. Isso reafirma a constatação de Dagnino (2002), feita há duas décadas, de que o processo de democratização não é linear, mas contraditório e fragmentado, devendo ser entendido como desigual no seu ritmo e nos seus efeitos sobre as diferentes áreas da vida social, combinando avanços, estagnação e, até mesmo, retrocessos, como é o caso do Brasil desde 2016.

Dentro dessa chave de análise, observamos que parte dos sujeitos entrevistados na pesquisa passam a se engajar nas disputas eleitorais apoiando candidaturas cujo projeto político defendido os inclui, assim como percebem que o mais importante não é o resultado das eleições, mas o processo de formação política de outros sujeitos que se dá nesse caminhar. Diversos sujeitos desta pesquisa manifestaram em suas redes sociais ou nas entrevistas um posicionamento político relativo às eleições municipais de 2020.

Aqui nos parece importante lembrar que a democracia não é apenas uma forma de governo, é uma forma de ser na sociedade (RANCIÈRE, 2014), logo o apoio dos sujeitos coletivos a determinadas candidaturas nos mostra que, diante de uma democracia que não lhes garante o mínimo de dignidade nem lhes garante a liberdade necessária à sua forma de ser nessa sociedade, a busca por representatividade no governo e o envolvimento direto na disputa eleitoral têm sido saídas encontradas.

Eu acredito que essa via eleitoral política deva ser disputada. Eu acho que quando Wesley Teixeira, a Mônica Conceição, a Mônica Francisco, a Renata Souza e outras, por serem mulheres, por serem negras, ou por serem lésbicas, ou por serem faveladas, ou são trabalhadoras, ou são ativistas culturais, enfim, essa composição da riqueza social da sociedade brasileira, o fato de ela disputar, isso traz benefícios, avanços, para além da disputa eleitoral. Eu acho que quando uma mulher negra, jovem, da periferia, candomelecionista assume que vai disputar uma eleição para vereadora, isso em si já é simbólico. Independentemente do resultado. Eu acho que isso é um processo político que a gente tem que investir, tem que valorizar, tem que apostar, contribuir. Isso é de um simbolismo. E eu acredito no simbolismo, eu acredito no poder do signo como algo que representa uma possível mudança. Mas não digo depender da disputa eleitoral, não é jogar todas as fichas na disputa eleitoral. Mas também não deixar a disputa eleitoral ser coisa de homem branco, das elites, dos neopentecostais ou dos católicos que desassociam fé de cidadania. Então, a gente tem que disputar (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

Nós somos uma organização revolucionária, está escrito, está colocado, e o que a gente faz é revolução. Eu sou um comunista, não acreditamos nessa democracia que está aí, mas também não a ignoramos. Essa democracia que está aí determina nossa vida. Fazer a luta e disputá-la é nosso papel também. A gente é uma organização que se posiciona a partir da conjuntura, todo nosso princípio político está submetido ao crivo da conjuntura, na conjuntura que nós temos o diálogo com a vida institucional, trata de vidas, a gente está falando das pessoas sobreviverem. Então a institucionalidade *pra* gente existe e precisa ser superada, mas não pode ser ignorada. Acreditamos que existem muitas possibilidades dentro da institucionalidade, a gente apoia candidaturas e hoje a gente já avalia que chegou o momento de a gente ter uma candidatura nossa, como já ocorreu em Minas Gerais. Aqui no Rio a gente ainda não fez isso, mas é possível, inclusive *pra* propor a radicalização da democracia (Sujeito F, Brigadas Populares, entrevistado em 7/8/2020).

O trabalho começa muito micro, com a luta pelo teto, mas nessa luta a gente vai mostrando as contradições do Estado, mostrando porque existem milhões de pessoas sem casa e milhões de casas vazias... mostrando o que a gente pode fazer *pra* mudar isso. Ir mostrando qual é a importância da luta para alcançar a mudança, não uma luta para estar na prefeitura, não é lutar para eleger uma pessoa da favela – e isso é muito importante, mas a luta não é só *pra* isso –, a luta é para transformar a realidade de todo um povo (Sujeita D, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

Assim, mesmo tendo pouco significado social, a democracia não deixou de ser um horizonte político para os sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro nem deixou de ser disputada por eles. A pesquisa identificou que essa disputa vem sendo feita a partir dos lugares que os sujeitos ocupam na cidade, ou seja, o posicionamento político-territorial do sujeito enquanto periférico e favelado (D'ANDREA, 2020) foi identificado como uma alternativa para enfrentar a crise de legitimidade presente nas democracias, na medida em que afirmam-se como parte de grupos não hegemônicos, os quais estão ausentes dos espaços institucionais de poder (FERRANHA; PEREIRA, 2020).

Vale frisar que ao longo da história os agentes políticos tradicionais brasileiros foram homens, brancos, heterossexuais, ligados a famílias ricas, contudo, nos últimos anos aumentaram as disputas políticas por parte das parcelas da sociedade consideradas não hegemônicas como mulheres, negros, jovens, indígenas. Ao ampliar as disputas no campo político, os sujeitos não hegemônicos intervêm na política, explicitando as diferenças como parte do exercício da própria democracia, criando novas formas de fazer política e intervindo no campo das políticas públicas de modo qualificado. Não à toa, esses sujeitos não hegemônicos acabam sendo alvos de violência política⁶. A violência na política demonstra uma tentativa dos grupos mais tradicionais de manter o *status quo* da divisão de poderes.

Segundo Ferranha & Pereira (2020), a ampliação das disputas no campo político deve-se à incapacidade da democracia liberal representativa de corrigir a sub-representação de grupos não hegemônicos, haja vista que as medidas

⁶Segundo a pesquisa sobre *Violência Política e Eleitoral no Brasil*, realizada pela Terra de Direitos e pela Justiça Global, ocorreram 327 casos de violência política no Brasil entre 1º de janeiro de 2016 e 1º de setembro de 2020. Foram registrados 125 assassinatos e atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e 4 casos de criminalização. Os registros foram sistematizados a partir de notícias extraídas de veículos de comunicação (LAURIS; HASHIZUME, 2020).

institucionais existentes ainda são tímidas.⁷ No entanto, seguir buscando a inserção desses grupos como grupos, e não como indivíduos, é uma estratégia política importante para a defesa da democracia.

A ausência de grupos marginalizados nos diferentes poderes tende a produzir leis e políticas que reforçam as clivagens sociais que os mantêm nessa condição. Por isso, a participação aqui é secundária. A deliberação, todavia, é crucial. Espera-se que a presença de representantes que compartilham a experiência de vida dos grupos marginalizados possa tanto mostrar os efeitos de marginalização da produção legislativa em exame como persuadir, mediante deliberação, outros representantes sem essa experiência de vida a apoiar a inclusão de suas demandas no processo decisório (FERRANHA; PEREIRA, 2020, p. 34).

Exemplo da potência política de transformação da democracia que o posicionamento político-territorial de periféricos e favelados representa pode ser identificado na experiência das Brigadas Populares. Ao construir sua ação política a partir do campo popular e em articulação com os espaços de favela, as Brigadas Populares parecem se diferenciar de sujeitos coletivos que se organizam por causas semelhantes da luta pelo direito à cidade, mas que o fazem desde o centro da cidade. Ao escolherem “o povo”, que não por acaso está nas “periferias e favelas”, as Brigadas Populares acreditam estar disputando uma parcela da sociedade menos atrativa para o campo da esquerda, o que lhes favorece politicamente e, ao mesmo tempo, tenciona as disputas no interior do próprio sistema político-democrático por estes grupos (FERRANHA; PEREIRA, 2020).

Nós estamos disputando o povo, a nova maioria, não estamos disputando nada com o MST, com o MTST, nem com outros movimentos. A esquerda está brigando entre si porque a esquerda está fazendo política no centro, nós não queremos fazer política no centro, nós queremos chegar no centro de bonde... a esquerda rivaliza porque está disputando a mesma gente, nós não estamos disputando essa gente, essa gente já está dada, essa gente vai ser aliada, mas só até certo ponto, porque quando o bicho pegar essa gente vai correr, essa é a realidade. As Brigadas Populares estão disputando o povo, por isso a gente sai um pouco dessa concorrência, não que a gente seja melhor que ninguém, tanto que a gente busca a unidade, ainda como uma pequena organização do Brasil... De certa forma acho que o MST também faz isso, todo mundo fala bem do MST, MST é uma maravilha, dá arroz integral para as pessoas, ninguém reclama deles, mas o MST não está disputando o que a gente está disputando. Atualmente ninguém está reclamando

7 Variam de modalidades mais tímidas, centradas na ampliação das possibilidades de eleição de representantes desses grupos – com a composição das listas partidárias, por exemplo –, passando por modalidades menos tímidas, como a inclusão no processo de discussão de políticas públicas em comitês, fóruns e painéis deliberativos de representação apropriada e proporcional dos grupos, até modalidades enfáticas, desenhadas para *garantir* sua presença no Poder Legislativo ou no Executivo (como reserva de vagas, por exemplo). Para maiores informações, consultar Ferranha & Pereira (2020, p. 32-4).

muito das Brigadas por causa disso, porque ninguém tá a fim de fazer Assembleia da Ficap no domingo, a bala comendo, uma confusão e a gente está ali. Se a gente começar a fazer assembleia no centro, a gente vai ter mais disputa. Quando você procura o povo, procura a massa você consegue sair da concorrência, nós de certa forma saímos disso (Sujeito F, Brigadas Populares, entrevistado em 7/8/2020).

Ainda como parte da potência política dos sujeitos favelados e periféricos para transformação da democracia, identificamos que buscam dialogar com candidatos às eleições e representantes de instituições públicas a fim de que não reproduzam o afastamento entre governantes e governados característico da crise da democracia liberal (CASTELLS, 2018), tampouco reproduzam práticas típicas do mandonismo que historicamente estiveram presentes na formação social brasileira (SCHWARCZ, 2019).

A gente tentou fazer um movimento de articulação entre deputados progressistas aqui no Fórum Grita Baixada para que eles discutissem temas pertinentes para a Baixada, era extremamente difícil fazer com que um deputado ou assessor de um deputado viesse até o Fórum Grita Baixada para uma reunião *pra* discutir isso. E um deputado ele não é deputado da cidade do Rio, ele é deputado do estado do Rio. Então é muito difícil, até dentro dos movimentos sociais uma agenda política para fora da capital e esse vem sendo o trabalho do Fórum, de fazer as pessoas reconhecerem a Baixada, porque quando as pessoas precisam de votos, a gente tem colégios eleitorais fortíssimos e essas pessoas vêm *pra* cá e procuram as instituições da Baixada *pra* ajudar (Sujeita I, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 3/10/2020).

A gente precisa encontrar saídas para os nossos problemas concretos. E se a gente tem um espaço como um mandato ou um contato com a defensoria a gente vai disputando o que dá *pra* gente disputar ali dentro, *pra* fazer essas políticas voltarem-se aos interesses do povo, não só serem políticas assistencialistas, mas fazer com que as pessoas se interessem por essa institucionalidade, *pra* que entendam como funciona para depois cobrarem, reivindicarem seus direitos e quererem estar ali dentro também. Então eu acho que é um processo de politização das pessoas, porque o que temos em mente é formarmos uma nova maioria e a gente acredita que não vai conseguir fazer isso se a gente não disputar esse espaço, pois é ele que determina nossa vida, é o Estado que manda nas políticas que atingem diretamente a nossa vida (Sujeita E, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

Assim, o reconhecimento da potência política dos sujeitos periféricos e favelados da qual falamos não se trata daquela que os vê como assujeitados ou submissos à velha política do coronelismo e do voto de cabresto. Embora essa forma de fazer política ainda esteja presente nos territórios periféricos e tenha se complexificado com a militarização da cidade, observamos que esses sujeitos reconhecem o seu papel político no enfrentamento da crise democrática; eles sabem que para que a democracia não atenda apenas às necessidades das classes

burguesas (CHAUI, 2011) é necessário saturá-la de contradições. Logo, ao contribuírem para exposição das tensões e conflitos sociais existentes no território, os sujeitos garantem a vitalidade democrática (RANCIÈRE, 2014).

3. CONCLUSÃO: A DEMOCRACIA PRECISA SER ALGO CONSTRUÍDO POR NÓS

A democracia parece ter pouco significado social para os sujeitos coletivos desta pesquisa, os quais compreendem que, mais que uma forma de governo, ela é uma forma de ser na sociedade. A explicação para essa falta de significado social é que esses sujeitos fazem parte dos sem direitos, aqueles que não se sentem pertencentes ao sistema democrático porque vivem em territórios periféricos, sofrem com o racismo cotidianamente, são trabalhadores, negros, jovens, mulheres, LGBTQIA+. Sendo possuidores dessas múltiplas identidades, não enxergam a democracia como uma saída para os seus problemas do cotidiano, logo acabam reduzindo a democracia ao seu sentido liberal de sistema de governo político.

Contraditoriamente, esses mesmos sujeitos percebem que a democracia é um processo em movimento e que esse movimento depende da ação coletiva deles consigo mesmos, deles com outros sujeitos e deles com as instituições e com o Estado. Assim, esta pesquisa constatou que os sujeitos coletivos se reconhecem como seres eminentemente políticos, que tanto sofrem as consequências da ausência de democracia como são capazes de incidir nesse sistema, disputando o sentido da democracia de forma mais ampla e salvaguardando direitos sociais, num momento da história em que eles já não são condição para acumulação de capital. Desse modo, a pesquisa concluiu que os sujeitos coletivos do Rio de Janeiro são instituídos e instituintes dos processos democráticos, sejam eles de ascensão ou de crise democrática.

REFERÊNCIAS

- BARBALET, J. M. **A cidadania**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- BORÓN, A. Democracia y movimientos sociales en América Latina. **Em Pauta**, n. 19, 2007.
- CASTELLS, M. **Ruptura: crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CHAUI, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHAUI, M. **Breve história da democracia**. [Apostila do curso: A democracia pode ser assim: histórias, formas e possibilidades.] São Paulo: Boitempo; Sesc, 2020.
- CHAUI, M. **Cultura e democracia: discurso competente e outras falas**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia: as transformações dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. *In*: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 61-102.
- D'ANDREA, T. P. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Revista Novos Estudos**, Dossiê subjetividades periféricas, v. 39, n. 1, jan./abr., p. 19-36, 2020.
- ELEUTÉRIO, R. Dom Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu, é sequestrado e torturado em 76. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1994.
- FARRANHA, A. C.; PEREIRA, P. F. S. Quem tem medo de democracia? Quem tem medo da questão racial? *In*: TEIXEIRA, A. C.; ALMEIDA, C.; MORONI, J. A. (Orgs.). **A democracia necessária e desejada: dilemas e perspectivas**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.
- FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES PARA EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **A luta popular urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direitos nas cidades**. Rio de Janeiro: Fase, 2018.
- LAURIS, E.; CARVALHO, S.; MARINHO, G. FRIGO, D. (Coord.). **Violência política e eleitoral no Brasil: panorama das violações de Direitos Humanos de 2016 a 2020**. Curitiba: Terra de Direitos; Justiça Global, 2020.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MOUNK, Y. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- PINHEIRO JR. J. M. **A formação do PT na Baixada Fluminense: um estudo a**

partir de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANCIÈRE, J. Rancière vê a crise da democracia e da razão. **Outras Palavras**, 9 de fevereiro de 2021.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

SILVA, C. R. **Sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro**: o paradigma dos comuns como alternativa à democracia liberal e ao domínio da racionalidade neoliberal. 2021. 263 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.